



JOSÉ ANTÓNIO SILVA

PEC é irracional e lesivo das pequenas actividades económicas

Por Nuno Dias da Silva

O presidente da CCP afirma que muitas PME estão a atravessar uma situação difícil, devido a «múltiplas desvantagens competitivas» e à falta de medidas que favoreçam a sua actividade. José António Silva vai mais longe ao declarar que as PME «são alvo de discriminação em quase tudo» e defende taxas específicas de IRC para as micro e as PME. O dirigente preconiza uma efectiva política fiscal, em detrimento de uma estratégia orçamental com o único objectivo de reduzir o défice publico, tendo em vista propiciar a retoma económica.

José António Fernandes da Silva, 50 anos, é presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) desde Junho de 2004, tendo sido recentemente eleito para novo mandato para o próximo triénio, pretendendo «reforçar a sua representatividade no sector dos serviços». Licenciado em Organização e Gestão de empresas pelo ISCTE, é gestor e administrador de várias empresas. José António Silva preside ainda ao conselho fiscal do NERA (Núcleo Empresarial da Região do Algarve).

O presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) não poupa críticas à acção do Estado, considerando que este «presta um mau serviço em múltiplas áreas». Por isso, conclui, o retorno dos impostos que os cidadãos pagam não é suficiente. «O Estado deve ser mais “amigo” de empresas e contribuintes», refere José António Silva, que defende ain-

da uma «reflexão» sobre o papel que deve caber ao Estado e a função reservada ao sector privado.

O responsável pela confederação do comércio propõe a transferência para o sector privado de novas áreas, em paralelo com a introdução de regras eficazes na administração pública com vista a contribuir de forma eficaz para uma «relação custo-benefício mais efectiva».

No ano em que Portugal assume, pela última

vez, durante mais de uma década, a Presidência da União Europeia, José António Silva entende ser fundamental fazer do empreendedorismo e do reconhecimento do papel das nossas pequenas organizações empresariais um desígnio nacional dando-lhes maior visibilidade e colocando-as no centro de um programa de medidas concretas. Sobre os TOC, o dirigente da CCP realça o seu «papel de aconselhamento» e de «elemento determinante na vida das empresas».

TOC – A crise económica que assola o País há algum tempo, tem-se reflectido de forma negativa no volume de negócio dos associados que a CCP representa? Tem identificado situações dramáticas?

José António Silva – Os sectores que a CCP representa são, pela sua natureza, particularmente sensíveis à conjuntura económica. Se, em paralelo com um cenário macro-económico francamente desfavorável, assistimos à ausência de medidas que favoreçam as PME, é fácil perceber que um número significativo das nossas associa-

das terá que atravessar um período difícil, com muitas delas a encerrarem a actividade.

TOC - Considerando o actual quadro, quais são as suas perspectivas relativamente à retoma da economia?

JAS – A CCP encara os sinais de retoma com um optimismo moderado na medida que ainda é cedo para se perceber se há uma retoma sustentada ou se, pelo contrário, estamos perante um cenário conjuntural. Com efeito, estamos longe de poder dizer que houve mudanças significativas no nosso perfil produtivo, pelo que os indicadores mais favoráveis decorrem essencialmente do efeito de arrastamento das principais economias europeias e menos do nosso desempenho interno.

Em paralelo, só com taxas de crescimento económico muito acima da verificada, conseguiremos resolver o problema do desemprego.

Em nosso entender, são necessárias políticas mais direccionadas para melhorar a envol-

vente empresarial, designadamente a revisão da legislação laboral e da fiscalidade bem como as reformas no sistema de ensino e formação profissional, para se conseguir a prazo um desenvolvimento consistente da nossa economia.

Falta uma política de ordenamento comercial

TOC - Entre 2004 e 2006, foram aprovadas 640 novas Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR). Este crescimento não contribui para fazer definhir ainda mais o comércio dito tradicional?

JAS – A CCP, há muito que vem alertando para o excessivo número de novas autorizações. Portugal apresenta, actualmente, uma das maiores densidades comerciais quer ao nível das grandes unidades comerciais quer de centros comerciais, com consequências claramente nefastas para o comércio de proximidade.



«É necessário menos despesa pública corrente, melhor despesa de investimento e aumento das receitas por via da reanimação da actividade económica e não por via do agravamento fiscal», defende José António Silva

O aumento massivo destas unidades e a ausência de uma política efectiva de ordenamento comercial estão a contribuir para acelerar a desertificação das cidades com especial incidência nos centros históricos o que conduz ao encerramento de milhares de empresas com as consequências que se conhecem: aumento do desemprego e da precariedade no mercado de trabalho, aumento dos fenómenos de marginalidade em especial nas “baixas” das cidades, etc.

TOC - O funcionamento do comércio ao fim-de-semana tem estado sempre envolto em polémica. A APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição) lançou uma campanha que visa influenciar o poder político a levantar as restrições, ao domingo, dos horários de funcionamento dos hipermercados. Pensa que deve ser abolida qualquer espécie de proibição?

JAS – Pelo contrário. Em nome do desenvolvimento do sector, do equilíbrio entre os diferentes formatos de comércio e do interesse dos consumidores, a Confederação defende o princípio do encerramento ao domingo, com um conjunto de regras e excepções bem definidas. Aliás, à semelhança do que acontece na maioria dos países da UE 15, nomeadamente França, Alemanha, Holanda ou Itália.

Importa referir que Portugal tem já uma das maiores janelas horárias de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em comparação com a generalidade dos países da União Europeia.

Em termos genéricos, a Confederação defende a orientação praticada em várias regiões autónomas de Espanha, em que existe uma total liberdade de abertura de estabelecimentos até aos 300 metros quadrados (exceptuando áreas de serviço) e o encerramento total das restantes unidades, com autorização de funcionamento limitado a alguns domingos por ano. Note-se que a legislação espanhola não é, inclusive, das mais restritivas da Europa em termos de janela horária.

PME são discriminadas negativamente

TOC - Os governos e os poderes públicos têm prestado suficiente atenção ao mundo empresarial e em particular às PME?

JAS – Portugal dispõe de um perfil produtivo constituído na sua esmagadora maioria por PME, as quais se confrontam com um conjunto significativo de desvantagens competitivas, nomeadamente no que se refere ao funcionamento em rede e ao ambiente propiciado pela sua envolvente externa e relativamente aos quais a actuação dos Governos e dos poderes públicos se tem revelado, infelizmente, pouco determinada.

Somos o País da UE (15) onde a aplicação das verbas oriundas dos fundos comunitários menos se tem dirigido às PME e, somos, porventura o único País do sul da Europa onde não existe uma política económica dirigida, especificamente, para as PME deparando-se estas com uma discriminação negativa em quase tudo: veja-se as dificuldades no acesso ao crédito; olhe-se para os canais de acesso à informação, passando por um sistema contributivo que onera de forma particularmente intensa o factor trabalho.

Em paralelo, o sector do comércio e dos serviços, que constitui o sector alavancador das modernas economias pós-industriais, representando cerca de 70 por cento do VAB nacional e 58 por cento do emprego, continua a ser objecto de uma quase completa ausência de atenção por parte do Governo e dos poderes públicos.

TOC - Por que é que defende que a entrada num novo ciclo económico só pode acontecer recentrando o papel das PME e dos serviços?

JAS – A CCP defende a consagração de um Programa Integrado para as micro e pequenas empresas do comércio e serviços, com um horizonte de médio prazo e constituído por um conjunto coerente de medidas que actuem sobre os factores estruturantes da competitividade destas empresas.

Esta aposta assenta na convicção de que o País precisa de evoluir, com urgência, para um novo perfil económico, consubstanciado em critérios de procura interna e externa e dotado de uma base de sustentação alargada. Não são “nichos” isolados de empresas que permitem dar o salto qualitativo que o País necessita, mas apenas uma nova cultura de desenvolvimento disseminada por um largo espectro do nosso tecido produtivo, ou seja, polarizado em torno das nossas micro, pequenas e médias unidades.

Só com taxas de crescimento da nossa economia claramente acima da média comunitária podemos

sair da situação em que nos encontramos. Para isso é necessário que as políticas públicas não estejam suportadas num núcleo reduzido de empresas.

TOC - Portugal assumiu a 1 de Julho a Presidência da UE. O que pode ser feito para promover a competitividade das nossas PME na cena europeia?

JAS – A Carta Europeia das Pequenas Empresas, aprovada na Cimeira da UE de Lisboa, assume claramente que as pequenas empresas são a espinha dorsal da economia europeia, constituindo uma parte significativa do emprego e um terreno fértil para o surgimento de ideias empreendedoras e conclui que «as diligências da Europa para embarcar na nova economia apenas poderão ter sucesso se as pequenas empresas figurarem no topo da agenda política.» Num ano em que Portugal irá assumir, pela última vez, durante mais de uma década, a Presidência da União Europeia era importante fazer do empreendedorismo e do reconhecimento do papel das nossas pequenas organizações em-

presariais um desígnio nacional dando-lhes maior visibilidade e colocando-as no centro de um programa de medidas concretas.

Taxas específicas de IRC para as micro e as PME

TOC - Por força da globalização, o fenómeno do encerramento de empresas nacionais e da deslocalização de empresas estrangeiras aqui implantadas, está a afastar capital do nosso país. Pensa que é possível recuperar esse investimento ou é um esforço inglório? Em caso afirmativo, como?

JAS – Portugal tem que ter capacidade de competir em áreas de maior valor acrescentado. Insistir em actividades assentes em perfis pouco especializados é um erro, como se tem vindo a demonstrar com a constante saída de empresas do território nacional. Devemos afirmar-nos como um país de uma clara vocação para a área da prestação de serviços, em especial, daqueles que envolvem um



«(...) Somos, porventura, o único País do sul da Europa onde não existe uma política económica dirigida, especificamente, para as PME (...)», alerta o presidente da CCP

uso intensivo de recursos humanos qualificados. A afirmação de Portugal como um país de PME dotado de um elevado espírito de empreendedorismo e com uma envolvente que estimule o investimento e a inovação.

TOC - Existe uma política para a fiscalidade em Portugal?

JAS – Não. Portugal tem tido nos últimos anos apenas uma política orçamental visando a redução do défice público, mas está longe de ter uma efectiva política fiscal que consiga conjugar o necessário rigor e contenção nas despesas públicas com medidas selectivas que impulsionem a retoma da economia e assegurem condições mais favoráveis à competitividade da nossa economia.

Neste contexto, a CCP considera indispensável que sejam tomadas medidas que por um lado reduzam os custos a suportar pelas pequenas e micro empresas, ou seja, defendemos uma discriminação positiva a favor destas empresas e, por outro, que se estabeleçam medidas que estimulem a criação de postos de trabalho.

Em concreto, defende-se, designadamente, a criação de taxas específicas de IRC para as micro e PME e continuamos a considerar que o PEC é irracional e altamente lesivo das pequenas actividades económicas.

Portugal tem um conjunto de problemas estruturais que só se ultrapassam com políticas concretas que alterem o nosso perfil competitivo. Para isso é necessário menos despesa pública corrente, melhor despesa de investimento e aumento das receitas por via da reanimação da actividade económica e não por via do agravamento fiscal.

TOC - As empresas e os contribuintes pagam demasiados impostos para aquilo que recebem em troca do Estado?

JAS – É hoje consensual que o Estado presta um mau serviço em múltiplas áreas e, como tal, empresas e contribuintes, de um modo geral, não podem deixar de considerar que o retorno dos impostos que pagam não é suficiente ou, dito de outra forma, era possível fazer mais e melhor com menos sacrifícios de empresas e cidadãos em geral.

A transferência para o sector privado de novas áreas, em paralelo com a introdução de regras de gestão eficazes na administração pública,

poderia contribuir de forma eficaz para uma relação custo benefício mais efectiva.

Tem faltado em Portugal uma reflexão efectiva sobre o papel que deve caber ao Estado e o papel a desempenhar pelo sector privado. Falta uma visão mais moderna e consentânea do que pode e deve ser o papel do Estado nas sociedades actuais. Esta definição será o primeiro passo para a construção de um Estado “mais amigo” das empresas e dos cidadãos em geral.

TOC - A maior competitividade dos espanhóis em termos de atracção fiscal está a afastar os portugueses das áreas comerciais nacionais?

JAS – Espanha tem conseguido, através de uma política fiscal mais coerente, assegurar o reforço da competitividade das empresas instaladas em Espanha.

Como já referi, tem faltado em Portugal uma política fiscal orientada para o desenvolvimento económico. O agravamento da taxa de IVA face a Espanha é um bom exemplo de como uma medida orientada para o aumento da receita acaba a ter um efeito perverso. A ideia que temos é que o aumento do IVA conduziu a um aumento da fuga aos impostos e à deslocação do consumo fronteiriço para Espanha. O mesmo acontece com os combustíveis que beneficiam de um imposto substancialmente inferior em Espanha.

TOC - O GANEC - Gabinete de Apoio aos Novos Empresários do Comércio, é um projecto conjunto da CCP e do IAPMEI. Qual a importância da iniciativa?

JAS – O GANEC é uma iniciativa conjunta da CCP, da Direcção-geral das Actividades Económicas e do IAPMEI. O objectivo fundamental desta iniciativa é o de contribuir para melhorar as condições de sucesso de novos projectos empresariais.

Pretende-se melhorar a preparação de novos empresários do comércio e reforçar o saber e a cultura de comércio na vida das empresas. Os seus efeitos traduzir-se-ão num melhor desempenho sectorial, um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a modernização do nosso parque empresarial e numa menor perturbação económico-social, em resultado de uma

redução das taxas de insucesso verificáveis em novos projectos do sector.

Para o efeito, constituiu-se uma “rede”, envolvendo 14 associações regionais espalhadas por todo o território nacional, que presta um conjunto diversificado de serviços, desde a informação gratuita, à formação em sala à consultoria às empresas.

Actividade de TOC gera ganhos de eficiência e transparência

TOC - Cerca de 98 por cento das empresas nacionais, são de pequena ou média dimensão, e cabe aos TOC garantir o rigor das contas. Qual o papel dos profissionais na vida das empresas?

JAS – Para as micro e pequenas empresas, os Técnicos Oficiais de Contas desempenham um papel fundamental de aconselhamento e de apoio ao nível da gestão e do desenvolvimento da actividade, que transcende claramente a sua

função específica de organização das contas das empresas. Em muitas situações, o TOC é o único apoio técnico destas empresas pelo que acaba por ser um elemento determinante na vida das empresas.

TOC - Defende que se os TOC estivessem na administração pública, a contabilidade dos organismos públicos, muitas vezes envolta em suspeitas, podia ser mais transparente?

JAS – A CCP há muito que defende a transferência, em múltiplos domínios, de um conjunto de competências e funções da Administração Pública para o sector privado. É hoje claro que se o Estado subcontratar áreas da sua gestão corrente para o sector privado os ganhos produtividade são claros. A actividade que os Técnicos Oficiais de Contas desenvolvem, pela sua natureza, é facilmente transferível para o sector privado com ganhos de eficiência, mas também de uma maior transparência perante a opinião pública. ■



«Em muitas situações, o TOC é o único apoio técnico, pelo que acaba por ser um elemento determinante na vida das empresas»